

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO-ES – 16ª DO ANO DE 2017.

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de outubro (10) de dois mil e dezessete (2017), às 19 horas, reuniu-se a Câmara Municipal de São José do Calçado-ES, sob a Presidência do Vereador Wagner Vieira França (Waguinho), que verificou no livro de presença o comparecimento dos seguintes representantes deste Legislativo Municipal: Adalgisa Ferreira Alves, Janaina Luzia O. Pimentel Passalini, Maria de Fátima Simões Barbosa, Fátima Cristina S. da Silva Rezende, Francisco Sana (Nel da Terra do Sol), Jarmas de Almeida Leite (Fifi), José Roberto da Silveira Castanheira Júnior (Castanha) e José Ailton Cardoso Boca (Boca). Havendo número legal, o Presidente declarou abertos os trabalhos da presente Sessão e convidou a todos para a execução dos Hinos Nacional e Municipal. Em seguida convidou o Pastor Luís Carlos para trazer uma palavra de fé. O Presidente cumprimentou a todos e justificou a ausência da Vereadora Fátima Simões que está participando da audiência do orçamento participativo feita pelo Estado em nosso município. Dando continuidade determinou a 1ª Secretária vereadora Janaina, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada por todos. **PEQUENO EXPEDIENTE: OF/PGM/091/2017**, do Procurador Geral do Município, Dr. Adib José Salim Soares, encaminhando a Lei nº 2032/2017, que “Ratifica deliberação da Assembleia Geral CIM Polo Sul que autoriza o ingresso de novo Município Consorciado e dá outras providências”, para o arquivo desta Casa a Leis. **Comunicado nº 183467/2017** do Ministério da Educação informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, entidade: Pref. Mun. de São José do Calçado: – PNAE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL R\$ 6.393,60; - QUOTA R\$25.650,82. **ORDEM DO DIA: OF. Nº**

570/2017/GP encaminhando VETO TOTAL do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 010/2017 de autoria do Poder Legislativo. **VETO TOTAL do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 010/2017, que “Institui o Programa de Prioridade de Atendimento Médico e Social às Pessoas Autistas e seus Responsáveis que especifica e dá outras providências”**, embora considere louvável a iniciativa do Poder Legislativo, o Projeto de Lei nº 010/2017 possui vício formal subjetivo que leva a ser reconhecida sua inconstitucionalidade, haja vista que busca regulamentar matéria reservada ao Chefe do Executivo, violando, assim, princípios constitucionais consagrados, razão pela qual, com base no art. 55, §1º, da Lei Orgânica do Município, veta integralmente a proposta normativa. O Presidente comentou que mais uma vez fica um pouco chateado com a resposta do Executivo onde diz que a função do Vereador é legislar e a do Executivo é executar. E acrescentou que se fosse executar ele teria sancionado o Projeto de regularização fundiária e o Projeto do contrato de vigilância 24 horas para os Bancos do município que a Câmara promulgou. O papel do Legislativo hoje está sendo muito mais de executar do que legislar. Esclareceu que esse Projeto é para atendimento especial as pessoas autistas do nosso município e o Prefeito falar que não é competência do Legislativo e se é dele, ele poderia no mínimo, sancionar esse Projeto. Esclareceu que para quebrar o Veto o projeto precisa de dois terços dos votos dos vereadores. Em seguida colocou o Veto em discussão. A Vereadora Janaina comentou que o Executivo justificou o Veto dizendo que a competência da matéria é exclusiva do Executivo, mas a afirmação do Executivo não é verdadeira, como o Presidente acabou de falar, os vereadores estão aqui para legislar, pois esta Casa de Leis possui competência legal para legislar sobre prioridades no atendimento aos pacientes descritos nesse projeto. E se propôs nesta Casa de Leis um Projeto que Institui o Programa de Prioridade de Atendimento Médico e Social às Pessoas Autistas é porque os nobres Vereadores detectaram a necessidade de oferecer isso a comunidade e por esse motivo solicita o apoio de cada vereador desta Casa para que possam derrubar esse Veto e proporcionar aos portadores de autismo e os seus respectivos responsáveis um atendimento digno e eficaz, pois é desumano por

parte do Executivo não colocar em prática um atendimento tão importante. Só quem convive com o problema no dia-a-dia sabe como seria grandioso o nosso município ofertar esta conquista para essas famílias. Caso o Veto não seja derrubado o Vereador será responsável pelo não atendimento prioritário a essas pessoas. Ouvido o Plenário todos os Vereadores presentes votaram favoráveis a derrubada do Veto, sendo os seguintes: Janaina, Fátima da Silva, Adalgisa, Castanha, Nel Sana, Boca e Fifi. O Presidente parabenizou aos Vereadores que entenderam a importância do projeto e anunciou que o **Veto foi derrubado. Projeto de Lei Complementar nº 001/2017, que “Altera as alíneas ‘a e b’ do artigo 101, incisos II e III do artigo 242 da Lei Complementar nº 001/2016 dá outras providências”**, assinado pelos Vereadores Janaina, Waguinho, Fifi e Adalgisa. O Presidente lembrou que o Executivo lançou uma nota através da internet que os Vereadores de 2016 que aumentaram o valor do IPTU, porém esta Casa provou que não foi nada disso, porque a alíquota continua a mesma de um por cento e fez uma solicitação para que o Executivo mostrasse quais os critérios tomados para essa avaliação dos imóveis do município para cobrança do IPTU e qual equipe técnica que fez essa avaliação. O Executivo ainda não enviou resposta e disse que tomaria providências que iria depender da Câmara, porém em sua opinião todos os vereadores jamais estariam de acordo com uma situação que fosse ruim para a população em geral, porém nada foi feito e a população continuou pagando o mesmo imposto. E hoje o legislativo está fazendo o papel do Executivo, porque esse projeto visa diminuir esse imposto que está sendo cobrado pelo Executivo, sendo que vai ser adequado esse ano, vai ser reduzido porque como já falou na sessão passada teve imóvel que teve 400% (quatrocentos por cento) de aumento e outros não teve aumento, então precisam verificar se foram lançados no sistema de forma aleatória, e quem já pagou que seja deduzido no ano que vem e quem ainda não pagou que seja emitida nova cobrança. Espera que o Projeto seja aprovado por todos. Em seguida colocou o Projeto em discussão. O Vereador Boca falou de sua dúvida se seria possível aprovar esse novo projeto assim no final do ano diminuir o imposto. Em sua opinião o Executivo deveria mandar

um projeto cancelando aquele. Disse que esteve conversando com o Prefeito e o mesmo lhe informou que no ano que vem iria rever essa situação. O Presidente disse que acredita que o legislativo está fazendo sua parte. Mediante perguntas feitas pelo Vereador Castanha o Presidente informou que foram feitos estudos técnicos com a Procuradoria Jurídica da Casa, com dados da Prefeitura relativos ao ano passado e com o projeto que foi trago para esta Casa e foi feito um acompanhamento geral. Continuou valendo a cobrança de um por cento, porém a Casa não sabe de onde o Executivo tirou esse valor venal para jogar em cima de alguns imóveis 400% e de outros, nada. Se o aumento tivesse sido gradativamente seria bom, até mesmo para valorizar o imóvel. A Vereadora Adalgisa disse que tentou marcar uma reunião com a Procuradoria Municipal para conversarem sobre o assunto, porém eles não compareceram. O Vereador Castanha sugeriu que ficasse em estudo. O Presidente comentou que o projeto foi muito estudado e pesquisaram muito e se ficar em estudo pode não dar tempo de votar ainda este ano. O Vereador Castanha comentou que não participou desses cálculos e não pode votar sem ter certeza do que está votando. É favorável a redução, porém precisa ter conhecimento. A Vereadora Janaina esclareceu que o contribuinte que em 2016 pagava R\$300,00, em 2017 veio a cobrança de R\$900,00 e com esse percentual ele voltará a pagar R\$300,00, e ainda esperam do Executivo que realize a avaliação individual do imóvel, porque uns pagam muito e outros muito pouco. Disse ainda que acha louvável a colocação do Presidente porque estão cumprindo uma solicitação da comunidade, e não podem viver um momento de espera, pois já se passaram dez meses de governo. E o Legislativo viu a necessidade de fazer essa correção. Os Vereadores Castanha e Boca comentaram que são favoráveis a redução, porém precisam se inteirar melhor do estudo que foi feito. O Presidente ouviu o Plenário se deveria ficar em estudo. Os Vereadores Janaina, Fátima da Silva, Adalgisa, Nel Sana e Fifi votaram para que o Projeto seja levado a votação. Os Vereadores Castanha e Boca, pediram que ficasse em estudo. Submetido à votação foi aprovado com 07 (sete) votos favoráveis dos Vereadores Janaina, Fátima da Silva, Adalgisa, Castanha, Nel Sana, Fifi e do Presidente. E 01 (um) voto contra do Vereador Boca.

Ficando, portanto, aprovado em primeiro turno. E por se tratar de Projeto de Lei Complementar volta para a próxima sessão para segunda votação. Leitura dos Projetos de Lei 030 e 031/2017: **Projeto de Lei nº 030, de 10 de outubro de 2017**, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre abertura de crédito especial”, referente a criação de uma Unidade Gestora junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de São José do Calçado. **Projeto de Lei nº 031, de 10 de outubro de 2017**, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre abertura de crédito especial”, referente a criação de uma Unidade Gestora junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de São José do Calçado. O Presidente agradeceu a servidora Aline, que trabalha no IPESC, que esteve hoje nesta Casa, após as 17h explicando esses projetos, que é de muita importância para os servidores municipais aposentados. Ouviu as explicações que foram dadas hoje e mesmo assim colocou os Projetos em pauta e tem certeza de que serão aprovados. Mas o que gostaria de ressaltar é que não está havendo sintonia com o Executivo, porque os Projetos vieram sem assinatura do Prefeito, outros não sabem o que realmente está acontecendo, outros Projetos não sabem da importância do mesmo para a população, parece até que estão querendo testar o Legislativo. E perguntou por que eles não procuram a Câmara com antecedência, as portas estão sempre abertas e garante que ninguém será mal atendido. Por isso sempre diz que o Legislativo está abraçando o Executivo. **O Projeto de Lei 030/2017 foi submetido a votação e aprovado por todos. O Projeto de Lei 031/2017 foi submetido a votação e aprovado por todos.** Leitura do **Projeto de Lei nº 023/2017**, de autoria do Poder Executivo, que “Estima a Receita e Fixa a Despesa para o Exercício Financeiro de 2018, e dá outras providências”. Leitura do **Projeto de Lei nº 024/2017**, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o Plano Plurianual para o Período de 2018/2021”. O Presidente encaminhou os **Projetos de Lei nº 023 e 024/2017 para estudo nas Comissões de Finanças e de Justiça**, e pediu aos Vereadores que emitissem os pareceres o mais rápido possível. **Projeto de Lei nº 032/2017**, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal nº 1.867/2014, que adota o Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito

Santo, instituído e administrado pela AMUNES, como veículo oficial de publicação dos atos normativos e administrativos do Município de São José do Calçado/ES”. A Vereadora Fátima da Silva lembrou do Jornal A Ordem, órgão de imprensa muito importante para o nosso município.**Aprovado por unanimidade.**Tendo matéria a apresentar o Presidente passou a presidência dos trabalhos ao Vice-Presidente, Vereador Fifi e no Plenário apresentou o **Requerimento nº 191/2017** solicitando ao Prefeito Municipal que execute a prestação de serviço de iluminação pública e calçamento na rua situada logo após a casa do vice-prefeito na localidade da cerâmica. A rua solicitada é uma subida de aproximadamente 50 metros onde não possui serviços públicos tais como iluminação e pavimentação. Tal solicitação se deve ao fato de ser um local ermo de pouca movimentação e durante a noite, devido a falta de iluminação se torna um local perigoso para os moradores.**Aprovado por unanimidade.**Voltando a Presidência dos trabalhos, o Vereador Waguinho deu continuidade a pauta.**Requerimento nº 186/2017** de autoria do Vereador Fifi solicitando ao Prefeito Municipal que providencie junto ao Secretário Municipal de Obras a instalação de uma placa de sinalização indicativa para a Vila do Café (Arraial do Café) na esquina da Escola Ercílio Cordeiro, localizada no Distrito de Alto Calçado. **Aprovado por unanimidade.Requerimentos de autoria da Vereadora Janaina ao Exmº Sr. Prefeito Municipal:** a) **nº 187/2017**solicitando ao mesmo que providencie junto ao Secretário Municipal de Obras a instalação de cobertura para os pontos de taxi localizados no Terminal Rodoviário e próximo a Praça Theófilo Lobo (Praça do Banestes); b) **nº 188/2017**solicitando informações quanto a programação, ações e atividades realizadas pela Prefeitura Municipal quanto as Campanhas de Conscientização do Setembro Amarelo e Outubro Rosa. Setembro Amarelo é uma campanha voltada à prevenção do suicídio, com objetivo de alertar toda população a respeito da realidade do suicídio; enquanto o Outubro Rosa trata-se de uma campanha de conscientização que tem como objetivo principal alertar as mulheres e a sociedade sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama; c) **nº 189/2017**solicitando ao mesmo que providencie junto ao

Secretário Municipal de Obras a construção de decantadores no distrito de Alto Calçado. Os decantadores terão a função de coletar água proveniente de chuvas e trata-las, eliminando as impurezas e tornando a qualidade da mesma própria para consumo. A Vereadora Fátima da Silva comentou a respeito das campanhas que a Vereadora pediu informações, setembro amarelo e outubro rosa, que a mídia faz uma propaganda muito grande que precisam fazer a prevenção, porém o município hoje não está ofertando os serviços necessários, não está tendo nem médico ginecologista. O Presidente registrou e agradeceu a presença do ex-Prefeito de Apiacá o Sr. Betinho. **Todos os Requerimentos da Vereadora Janaina foram aprovados. Requerimento nº 190/2017** de autoria da Vereadora Fátima Simões solicitando ao Sr. Prefeito a aquisição de um “motofogfumacê”, ferramenta inovadora no combate a vetores urbanos e pragas agrícolas, se trata de um sistema desenvolvido para ser instalado em uma motocicleta, utilizando o próprio motor da moto para gerar toda a energia necessária para a aspersão (Fumacê). O motofogfumacê possibilita o controle e prevenção do mosquito da dengue, pernilongos, borrachudos e outros vetores. **Aprovado.** Ainda a Vereadora Fátima Simões apresentou **Requerimento nº 192/2017** solicitando ao Prefeito que firme uma parceria com as instituições que apoiam os dependentes químicos mais próximas de nosso município. **Aprovado.** A Vereadora Janaina apresentou as seguintes Indicações ao Exmº Sr. Prefeito Municipal: a) **nº 019/2017** indicando ao mesmo a necessidade de contratação de um farmacêutico para atuar no CAPS (Centro de Atenção Psicossocial); b) **nº 020/2017** indicando ao mesmo a necessidade de contratação de um ginecologista para atender na US II, que atualmente a unidade de saúde mencionada não dispõe de um profissional especialista em ginecologia, ramo da medicina essencial para a manutenção da Saúde Pública. **Encaminhe-se ao Prefeito.** O Presidente registrou a presença do Deputado Dario Pagung e consultou o Plenário para abrir um precedente regimental e conceder a palavra ao mesmo. Ninguém se manifestando contrário o Presidente convidou o Deputado para fazer uso da Tribuna. Após cumprimentar a todos o Deputado agradeceu a oportunidade. Disse que está visitando o Município

de São José do Calçado e que trouxe uma audiência pública da Comissão de Finanças para discutir o orçamento de 2018 para a região central-sul e Caparaó, e foi feita uma audiência concorrida, infelizmente a Câmara já tinha compromisso da sua sessão ordinária, mas estiveram presentes o Prefeito de Bom Jesus do Norte, o Prefeito de Divino de São Lourenço, o Prefeito José Carlos e a Deputada Luzia Toledo. Nessa audiência os Prefeitos tiveram a oportunidade de conhecer a peça orçamentária que está tramitando na Assembleia Legislativa, hoje foi a primeira audiência pública e serão feitas mais duas, sendo uma na região norte-noroeste do Estado no Município de Pinheiros e a outra no Município de Anchieta. É a oportunidade da Assembleia Legislativa, junto com a Comissão de Finanças, apresentar o orçamento do Estado do Espírito Santo para a sociedade capixaba, hora de levar as demandas e colocar as emendas no orçamento. Tem o maior prazer em dizer que o Estado do Espírito Santo está equilibrado e apesar da crise econômica do País o governo está fazendo vários investimentos. Falou do compromisso da Assembleia com o Governo do Estado entregando um orçamento enxuto que corresponde a expectativa de receita com a previsão das despesas. Deixou o seu mandato na Assembleia Legislativa a disposição do município e dos Vereadores. Disse que torce para que os vereadores consigam fazer um grande mandato, ajudando a população, legislando e fiscalizando porque é isso que compete à Câmara Municipal. Parabenizou a Câmara e desejou um bom trabalho aos Vereadores. O Vereador Boca comentou que se sentiu feliz ao tomar conhecimento do Programa de valorização que a Assembleia está fazendo dos Distritos, onde o Distrito de Alto Calçado foi contemplado com uma torre da VIVO, e que não tem pedido de nenhum político, a torre foi feita pela VIVO. O Deputado esclareceu sobre a antena de telefonia móvel que o Vereador Boca participou da ordem de serviço de quinze torres, e disse que nasceu de uma negociação da Assembleia Legislativa diretamente com a VIVO, e a empresa andou pelo Estado do Espírito Santo e viu as necessidades dos Distritos e o município de Calçado foi contemplado. Parabenizou a comunidade beneficiária e o Governo vai estar licitando e até o final dessa semana abre mais uma licitação de mais cem torres para serem instaladas em todo o

Estado. A população pede muito asfalto, mas hoje em primeiro lugar é tecnologia. Com esse orçamento enxuto e equilibrado tem certeza de que ainda vão poder trazer muitas novidades para a população do Estado. A Vereadora Fátima da Silva pediu ao Deputado que reforce junto ao Governador um pedido que já foi feito ao mesmo, a respeito do Hospital São José, e relatou que a maternidade foi fechada na data de hoje e as gestantes vão ter que ser levadas até Guaçuí para o parto, já existe um processo de OS em andamento para ser finalizado em 2018, porém Calçado não quer perder o Hospital. Calçado não queria que a maternidade fosse fechada. Por isso faz esse pedido em nome de Calçado para que o Deputado reforce junto ao Governador. A Vereadora Janaina acrescentou que o nosso Hospital hoje é referência no Sul do Estado e hoje atende ao ABC Capixaba. Existe uma política para levar os pacientes daqui para Anchieta e para Jerônimo Monteiro. Disse que muitas vezes fala que o ABC está sem referência política. Hoje é um presente para esta Casa de Leis receber o Deputado, porque ele está próximo ao Governo do Estado para levar necessidades que talvez o Governador desconheça. O Deputado informou que esta discussão tiveram agora na audiência pública e ficou de marcar uma reunião com o Secretário Ricardo de Oliveira junto ao Governador e vai levar também os Prefeitos da região. Alertou que é muito importante que a Câmara participe desse projeto do governo que é a “Rede Cuidar” e vai ser implantado em Linhares, Santa Tereza, Guaçuí e já foi implantado em Nova Venécia, esse projeto tem a finalidade de tirar os pacientes que precisam viajar em ambulâncias pelas estradas. O Presidente comentou que é um anseio muito grande de Calçado o pleno funcionamento do Hospital São José e agradeceu ao Deputado por levar essa demanda ao Governador. Parabenizou o Deputado pelo excelente trabalho frente a Comissão de Finanças e da Assembleia por ser um Deputado sempre presente em nossa região e desejou sucesso em sua caminhada. O Deputado agradeceu o espaço cedido e disse que quando for agendada a reunião em Vitória fará o convite aos Vereadores para participarem dessa agenda que é de interesse público e de toda a comunidade. **Palavra franqueada.** Com a palavra a Vereadora Janaina cumprimentou a todos e registrou mais uma vez a grande

conquista para a comunidade do Distrito de Alto Calçado que foi a instalação da antena da telefonia celular juntamente com a operadora VIVO e agradeceu ao Governador Paulo Hartung por atendido o pedido que estava protocolado desde o Governo da Prefeita Liliana. Registrou também que São José do Calçado é orgulhosamente um município reconhecido como berço da cultura, entrou para o livro dos recordes por possuir o maior número de escritores por metro quadrado, mas lamentavelmente o nosso Jornal “A Ordem” que sempre fez parte da nossa cultura não tem circulado mais. É o mais antigo do Sul Capixaba e como os calçadenses gostavam de recebe-lo em suas casas e os calçadenses ausente também gostavam de receber notícias do nosso povo. Precisamos colocar o Jornal A Ordem para circular, os calçadenses estão pedindo a sua volta, por isso vem em nome da comunidadee em nome da Academia de Letras solicitar a volta do jornal, mesmo porque existe um profissional contratado, pago pelos cofres públicos a dez meses e não tem jornal. Registrou também, conforme o artigo 23, inciso I da Constituição Federal, é competência do município cuidar da saúde e da assistência pública. Apesar que o artigo 30 da Constituição Federal trata especificamente da competência dos municípios e determina que a prestação dos serviços de atendimento a saúde da população deve ser feita com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado com o objetivo de servir a comunidade. Então todos sabem que os recursos estão sendo depositados nos cofres públicos, mas no dia-a-dia da nossa comunidade esses serviços não estão acontecendo. Relatou que foi procurada por uma moradora do Bandeira, que lutou contra um CA (câncer) e precisa de uma consulta ginecológica e a três meses ela não conseguiu marcar. E pergunta que tratamento digno essa pessoa, que passou por um CA, está tendo? Para que existem os Agentes de Saúde em nosso município se não podem dar retorno a demanda da comunidade. Calçado precisa da contratação de um ginecologista urgentemente e o Prefeito tem que saber que esse profissional é muito importante para a comunidade. Disse também que o município não tem fita para medir glicose e os diabéticos não podem esperar. Sendo que o dinheiro está na conta. A população precisa de atendimento. Relatou ainda que as receitas médicas não estão

sendo impressas devido a falta de tinta para as impressoras. Em sua opinião está tendo um erro em administrar, porque não se pode nem imprimir o cartão do SUS e nem as receitas médicas para os pacientes após as consultas. Isso é falta de gerenciamento do recurso público. Já não tem remédio gratuito, agora também não tem a receita médica. Isso precisa ser revisto. Falou ainda da humilhação que os servidores públicos estão passando nas repartições, tendo que levar pó de café e papel higiênico de casa. Isso nunca aconteceu no nosso Município. É uma vergonha. E perguntou onde está o Executivo para responsabilizar as pessoas desses setores. O servidor público precisa ser tratado com respeito e com dignidade no seu local de trabalho, e isso não está acontecendo. Disse que está se reportando a este assunto porque foi procurada por uma servidora que abriu sua bolsa e mostrou. Sendo assim conta com o apoio do Executivo para sanar esse problema. A Vereadora Janaina comentou ainda com relação ao IPTU que foi um trabalho louvável dessa Egrégia Casa de Leis e agora espera o empenho do Prefeito para sancionar esse Projeto para conceder a redução dos valores abusivos cobrados da população. Em nome da comunidade do Berto Padre agradeceu ao Secretário José Manoel por ter restaurado a ponte em frente a propriedade do Sr. Josias Rezende, finalmente depois de muita solicitação o José Manoel que vem cumprindo com sua agenda conseguiu atender aquela comunidade. Finalizando se colocou a disposição da comunidade calçadense e parabenizou o Vereador Waguinho pelo seu trabalho, dinamismo e competência a frente desta Câmara Municipal. Dando continuidade a palavra franqueada o Presidente convidou a Vereadora Fátima da Silva, que após cumprimentar a todos, pediu pelas crianças que frequentam a APAE, porque a mãe de uma criança lhe procurou para pedir que resgatasse algumas receitas médicas que estavam com o Secretário de Saúde, Sr. Eduardo, e após várias tentativas não conseguiu entrar contato com o Secretário, ligou para outras pessoas ligadas ao Governo e conseguiu falar com a coordenadora do PSF Sr^a Maria Augusta que foi na casa dessa mãe, entregou as receitas, não deu os medicamentos que tinham ordem judicial para atender. Comentou que esse caso já está no Fórum para ser resolvido. Comentou também a respeito da falta de tinta para

imprimir os documentos e as receitas médicas, da necessidade de um farmacêutico para o CAPS como foi falado pela Vereadora Janaina. A Vereadora Fátima da Silva comentou ainda que a criança a qual citou acima faz uso de um suplemento como alimentação e cada lata custa aproximadamente R\$210,00 (duzentos e dez reais), ele usa três latas por mês, e o pai dessa criança esteve na Secretaria e assinou um documento de que estava recebendo seis latas, quando na verdade só recebeu três e todas estavam vencidas. Considera isso uma humilhação com a pessoa que precisa. É um absurdo levar um medicamento vencido. Pediu as pessoas da Secretaria de Saúde que façam um serviço melhor, porque é humilhante uma mãe ter que chegar ao ponto de ligar pedindo intermédio de um vereador. Comentou ainda que tem advogado entrando na Justiça contra a Prefeitura pedindo o pagamento de multa diária e pergunta onde está o dinheiro da Saúde. A Câmara votou duas vezes suplementação para a Saúde. Os Vereadores não sabem responder o questionamento das pessoas. Não tem farmacêutico no CAPS e não tem medicamento. Falou ainda da fiscalização que está havendo no Posto de Saúde da Família do Bairro Moacyr Garcia, onde o Secretário de Saúde não deixou que a pessoa a entrevistasse, porque iria falar que tudo que tinha naquele momento, (bolo, torrada, papel higiênico, papel toalha, sabonete e um cartaz imenso com todos os serviços ofertados) era tudo mentira e que deveria ser assim, mas infelizmente isso não acontece diariamente. Deixou sua indignação e seu protesto diante de tanto descaso, porém não vai se calar. E se for preciso vai propor uma investigação na Secretaria da Saúde, porque não é possível aceitar as coisas que estão acontecendo. Com relação ao que a Vereadora Janaina falou, a respeito do Secretário José Manoel a Vereadora Fátima da Silva disse que ele está de parabéns sim, mas ele está sendo muito bem pago para fazer o serviço dele, anda no carro da Prefeitura “para cima e para baixo” e quando não era no Fiat Uno era no carro da Defesa Civil e agora é numa Saveiro. A Saúde está sem carro, mas a Agricultura tem um carro novo. Isso é mais uma coisa que a deixa indignada. Afirmou que não é a pessoa é o profissional. E se colocou a disposição. O Presidente comentou que fica o desabafo da Vereadora, e só quem está presente na

comunidade que sabe e sente o que as pessoas estão passando, e fica o alerta ao Executivo para estar verificando o que realmente está acontecendo. Usando a Tribuna o Presidente mais uma vez cumprimentou a todos e disse que existe uma situação que a alguns anos vem se arrastando em nosso Município e agora se concretizou que é a falta de abastecimento de água pela CESAN. Relatou que esteve em Vitória, em duas audiências públicas e em nenhuma delas a diretoria da CESAN compareceu, isso mostra o descaso da CESAN com o Legislativo estadual, que dirá com o municipal. A CESAN tem um plano de arrecadação no Estado que é um absurdo e não tem nenhum plano de melhoria para os municípios. Ano passado Calçado passou por uma crise um pouco menos grave que agora e a CESAN teria que ter tido um plano para amenizar essa situação, porque com certeza ela não vai fazer represa. Deixou bem claro que nem o Prefeito e nem os Vereadores tem culpa de estar faltando água, a responsabilidade é única e exclusivamente da CESAN. Em sua opinião o Município teria que tomar uma atitude mais séria com a CESAN. Ainda o Presidente disse que sua palavra seria para parabenizar, falar de uma pessoa chamada Márcio Adriano Correia da Silva Filho, filho do Marcinho e da Jesana, que na semana passada foi campeão brasileiro subvinte pelo Cruzeiro, e considera isso um orgulho tão grande que não tem nem palavra para denominar o que o Márcio representa hoje no município de São José do Calçado. Uma pessoa pobre, de comunidade, que saiu com muito esforço e quando o Cruzeiro o contratou ele já estava desanimando de jogar bola, porque não tinha estrutura nenhuma. E quem é pobre só consegue vencer com muita luta. Orgulho pelo simples fato dele estar representando não só Calçado, mas todo o Espírito Santo e todos sabem que o esportista de nossa região é um pouco esquecido por mais que ele faça, mas quem é do Rio de Janeiro tem tratamento diferente e ele com toda simplicidade, mas com muita garra conseguiu vencer. E ele representa ainda duas comunidades muito importantes, que é a comunidade da Vala e do Buraco Quente, e como sempre diz, tem um carinho muito grande por essas comunidades, são comunidades sofridas e que passam por muitos problemas sociais e muitas dificuldades. Sendo merecedor de parabéns e de muito êxito em sua carreira. Nada

mais havendo a relatar, o Presidente declarou encerrada a presente sessão e anunciou que a próxima sessão ordinária desta Casa será no dia 10 de novembro, numa sexta-feira, às 19 horas neste Plenário. E Janaina Luzia Oliveira Pimentel Passalini, 1º Secretária, para constar lavra a presente Ata que está devidamente assinada.

Wagner Vieira França **Janaina Luzia O. Pimentel Passalini**
Presidente **1º Secretária**